

## COMUNICADO DE IMPRENSA

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, presidiu hoje, no Palácio Presidencial da Cidade Alta, à reunião do Sector Produtivo, que tinha na sua agenda o relatório das acções referentes ao ano de 2010 e o cronograma das actividades para 2011.

O referido relatório faz uma exaustiva análise das tarefas de cada um dos Departamentos Ministeriais no ano passado, concluindo que estas seguiram bom curso, apesar de em alguns casos se terem identificado delongas e constrangimentos próprios e específicos.

Essa avaliação tem em vista criar sinergias entre os vários sectores, permitindo de forma articulada criar um ambiente propício para a execução das tarefas específicas de fomento da actividade económica.

No quadro das actividades para 2011, a reunião abordou o estado do sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e as perspectivas para a sua revitalização, tendo sido definidos o cronograma e os orçamentos das acções prioritárias a desenvolver.

Deu-se especial ênfase à necessidade da conclusão dos projectos já iniciados e à criação, para além do crédito agrícola, de uma linha de crédito só para a comercialização dos produtos do campo.

Entre outras acções a desenvolver, destacam-se a instalação de um sistema integrado de monitoração, controlo e vigilância das águas territoriais, a construção e recuperação de embarcações costeiras e oceânicas, a criação de um porto pesqueiro e de uma lota, o apetrechamento de laboratórios em várias províncias, a formação técnica e profissional e o apoio à pesca artesanal e à produção de sal.

A Sonangol, entretanto, propõe-se construir um grande estaleiro naval em Porto Amboim, para reparação de navios de apoio à indústria petrolífera.

Foi feito também o ponto da situação da Zona Económica Especial, onde 25 unidades industriais se encontram prontas a entrar em funcionamento. A actual previsão é que a ZEE venha a gerar no futuro 14.000 empregos directos.

A reunião do Sector Produtivo tomou também conhecimento das oportunidades económicas que se abrem para Angola no chamado Mercado de Carbono. O país pode, de facto, beneficiar do sistema de troca de créditos de carbono, desde que continue a desenvolver projectos de tecnologia de ponta e energia limpa ou projectos de retenção de carbono.

De notar que já estão em curso alguns dos projectos elegíveis para esse efeito, como por exemplo o projecto LNG (de gás natural), as barragens hidroeléctricas, os aterros sanitários e tratamento de efluentes, as reflorestações, etc.

Foram igualmente analisadas as modalidades de conclusão do projecto hidro-térmico de geração de 738,5 MW de energia biomassa no Planalto Central (450 de mini hídricas e 288,5 de biomassa) e a construção das linhas de transmissão das barragens das Mabubas e do Lumaum, que se encontram em fase final de reabilitação.

A reunião aprovou os princípios do estudo preliminar sobre os mecanismos de financiamento de projectos privados e de transferência do direito de posse, que prevê que o Tesouro Nacional e o BDA se venham a constituir como seus co-garantes.

Participaram na reunião, para além do Presidente da República, os Ministros de Estado e Chefes da Casa Civil e Militar do PR; os ministros das Finanças, Transportes, Urbanismo e Construção, Energia e Águas, Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Comércio, Telecomunicações e Tecnologias da Informação; os vice-Ministros dos Petróleos e da Indústria e ainda o PCA da Sonangol e o Governador do Banco Nacional de Angola.

**Secretaria para Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do  
Presidente da República, em Luanda, aos 24 de Fevereiro de 2011**

## **COMUNICADO DE IMPRENSA**

O Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social de Luanda, reuniu-se hoje, dia 2 de Março de 2011, no Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Na sua introdução, o Presidente da República sublinhou que, para reger a actividade deste Conselho, constituem instrumentos essenciais os regulamentos sobre a Repartição de Responsabilidades na actuação do Governo Central e sobre o Regime Financeiro Local e também o Plano Anual ou Programa de Acção Anual, e respectivo orçamento e Programa de Investimento Público (PIP), a nível provincial e municipal.

O Presidente José Eduardo dos Santos considerou que existem três Programas de Acção e respectivos orçamentos em cada município, que asseguram uma boa articulação e evitam sobreposições na sua execução.

Os referidos programas são o Programa de Acção com o respectivo orçamento e integrado no PIP, que é de subordinação Central e sobre o qual os Departamentos Ministeriais respondem directamente perante o Conselho de Ministros ou o Chefe do Executivo; o Programa Provincial, sobre o qual responde o Governo provincial, que tem a faculdade de se pronunciar sobre os projectos e acções sob sua responsabilidade, e, por último, o Programa Municipal integrado no PIP e no respectivo orçamento municipal.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda debruçou-se sobre as questões relacionadas com a articulação no plano executivo entre o Governo Central e o GPL, com a implementação de programas referentes à conclusão em 2012 das vias

estruturantes e das valas de drenagem das águas pluviais; à definição da micro-localização dos parques de estacionamento de viaturas e das modalidades de investimento e gestão dos mesmos, bem como das bombas de gasolina e estações de serviço.

A reunião procedeu ainda à análise crítica do diagnóstico e modernização do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, da construção de novos mercados e cemitérios municipais e também da criação de parques e zonas verdes.

Outro assunto de grande interesse, que mereceu a devida atenção dos participantes na reunião, foi o Programa de Regularização da Gestão de Solos na Província de Luanda, no qual se fez o ponto da situação da gestão das Reservas Fundiárias de Luanda e se procedeu à análise dos mecanismos de gestão de solos e ao processo de licenciamento de obras.

O Conselho de Coordenação Estratégica apreciou igualmente o subprograma integrado de reforço da segurança pública e ordem interna, do combate à criminalidade e de ordenamento do trânsito rodoviário.

Segundo o regime de prestação de contas que a reunião apreciou, o Governo Provincial deve informar trimestralmente o Executivo sobre o cumprimento, incumprimento, dificuldades e resultados alcançados na materialização dos projectos sobre a sua responsabilidade.

O Conselho Estratégico, através da sua Comissão Técnica, acompanhara a execução de todos os programas, fazendo a sua necessária harmonização e a concertação de posições e intenções.

**Secretaria para Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa, em  
Luanda, aos 2 de Março de 2011**

## Secretariado do Conselho de Ministros

### Comunicado de Imprensa

Sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros realizou hoje, dia 23 de Fevereiro de 2011, na Sala de Reuniões do Palácio Presidencial, na Cidade Alta, a sua 2ª Sessão Ordinária, onde foram apreciados documentos relativos ao Fundo Petrolífero para o Desenvolvimento do Sector da Energia e das Aguas, à Reforma Tributária, à regulamentação da Actividade no Sector das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, a criação dos Pólos de Desenvolvimento Turístico de Cabo Ledo, Calandula e Okavango, dentre outros.

Durante a sessão foi apreciado um projecto de Decreto Legislativo Presidencial que cria o Fundo Petrolífero para o Desenvolvimento dos sectores da Energia e das Águas, um fundo de investimento público com personalidade jurídica, património e activos próprios, e com autonomia administrativa e financeira, que terá capacidade operacional para investir e promover o desenvolvimento de infra-estruturas nos sectores da energia e das águas em todo o País. Este fundo será financiado com recursos provenientes da venda de petróleo.

O Conselho de Ministros aprovou igualmente um Decreto Presidencial que reajusta o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda (GPL), adequado a sua estrutura às exigências actuais da governação desta província, um outro que altera a composição dos gabinetes dos e vice-governadores, administradores municipais e comunais e seus adjuntos, e outro ainda que delimita e converte em área urbana uma parte do actual Perímetro Agrícola do Kikuxi, no Município de Viana.

Um outro assunto que mereceu atenção do Executivo foi a apreciação de uma proposta de Lei, que será remetida à consideração da Assembleia Nacional que visa a criação do município de Belas, com sede na cidade do Kilamba. Esta medida, tomada no âmbito da reorganização da gestão urbana de Luanda, decorre da contínua expansão e crescimento desta cidade, no que concerne à sua demografia e ao surgimento de novas centralidades.

No quadro do processo de diversificação da economia e da promoção da produção de bens e serviços, o Governo criou em 2009 a Zona Económica Especial Luanda/Bengo, entidades para a qual foi aprovada na sessão de hoje, o regulamento que estabelece o seu regime jurídico, as regras e os princípios gerais da sua organização e funcionamento, bem como os critérios de acesso para implantação das unidades industriais.

No domínio do aproveitamento e desenvolvimento integrado e sustentável das potencialidades turísticas do País, o Conselho de

Ministros apreciou os Decretos Presidenciais que criam os pólos de desenvolvimento turístico de Cabo Ledo, no Bengo, Calandula, em Malanje e Okavango, no Kuando-Kubango.

Na sequência das decisões anteriores sobre a Reforma Tributária, no encontro de hoje, o Conselho de Ministros apreciou um Decreto Presidencial que aprova as Linhas Gerais do Executivo para a reforma Tributária, bem como os diplomas legais que materializam a decisão já anunciada pelo Executivo de desagravar os impostos e demais encargos fiscais dos cidadãos aquando da compra de imóveis. Assim sendo, foram apreciadas as propostas de Lei de Alteração ao Código do Imposto Urbano e ao Código do Imposto Industrial, de Lei de Alteração ao Código do Selo e a Tabela Geral de Imposto do Selo, bem como o Decreto Presidencial que aprova o desagravamento da parafiscalidade incidente sobre as transmissões onerosas de imóveis.

No que concerne às Telecomunicações e Tecnologias de Informação, o Conselho de Ministros fez um balanço positivo relativamente ao cumprimento das acções constantes do Livro Branco das telecomunicações e das tecnologias de informação nos últimos dez anos colocou a necessidade da formulação de novas medidas de política e de um quadro normativo mais moderno neste domínio, os quais constam do Livro Branco das Tecnologias de informação e Comunicação aprovado na sessão de hoje.

Ainda neste contexto, foram igualmente apreciadas pelo Executivo a proposta de Lei das Comunicações Electrónicas e dos Serviços de Informação, a proposta de alteração da Lei da Protecção de Dados Pessoais, a proposta de Lei de Combate à Criminalidade e dos Serviços da Sociedade de Informação bem como os projectos de Regulamento Geral das Comunicações Electrónicas, e de Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação.

Dando continuidade às acções de reabilitação de infra-estruturas em todo o País, o Conselho de Ministros aprovou um Acordo de Financiamento para a reparação e construção de pontes no eixo rodoviário Tômbwa/Namibe/Bentiaba/Lucira/Dombe-Grande, bem como os Despachos Presidenciais que aprovam os contratos para a construção da linha de transporte de energia eléctrica da Gabela a Quileva, no Kuanza-Sul e a reparação da Barragem do Gove, no Huambo.

No quadro da organização dos Departamentos Ministeriais Auxiliares do Chefe do Executivo, O Conselho de Ministros apreciou o projecto de Decreto Presidencial que aprova o Estatuto Orgânico da Secretaria de estado para os Direitos Humanos. O Conselho de Ministros apreciou ainda um projecto de resolução, que remeterá à consideração da Assembleia Nacional, sobre a votação de Angola à emenda aos Estatutos do Fundo Monetário Internacional.

Por último, e com a finalidade de dar resposta as necessidades ao consumo nacional de carapau, o Conselho de ministros apreciou o Decreto Presidencial que prorroga até 31 de Outubro o prazo para a importação deste pescado.

Secretariado do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 23 de Fevereiro de 2011.

## Secretariado do Conselho de Ministros

### Comunicado de Imprensa

Sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros realizou hoje, dia 23 de Fevereiro de 2011, na Sala de Reuniões do Palácio Presidencial, na Cidade Alta, a sua 2ª Sessão Ordinária, onde foram apreciados documentos relativos ao Fundo Petrolífero para o Desenvolvimento do Sector da Energia e das Aguas, à Reforma Tributária, à regulamentação da Actividade no Sector das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, a criação dos Pólos de Desenvolvimento Turístico de Cabo Ledo, Calandula e Okavango, dentre outros.

Durante a sessão foi apreciado um projecto de Decreto Legislativo Presidencial que cria o Fundo Petrolífero para o Desenvolvimento dos sectores da Energia e das Águas, um fundo de investimento público com personalidade jurídica, património e activos próprios, e com autonomia administrativa e financeira, que terá capacidade operacional para investir e promover o desenvolvimento de infra-estruturas nos sectores da energia e das águas em todo o País. Este fundo será financiado com recursos provenientes da venda de petróleo.

O Conselho de Ministros aprovou igualmente um Decreto Presidencial que reajusta o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda (GPL), adequado a sua estrutura às exigências actuais da governação desta província, um outro que altera a composição dos gabinetes dos e vice-governadores, administradores municipais e comunais e seus adjuntos, e outro ainda que delimita e converte em área urbana uma parte do actual Perímetro Agrícola do Kikuxi, no Município de Viana.

Um outro assunto que mereceu atenção do Executivo foi a apreciação de uma proposta de Lei, que será remetida à consideração da Assembleia Nacional que visa a criação do município de Belas, com sede na cidade do Kilamba. Esta medida, tomada no âmbito da reorganização da gestão urbana de Luanda, decorre da contínua expansão e crescimento desta cidade, no que concerne à sua demografia e ao surgimento de novas centralidades.

No quadro do processo de diversificação da economia e da promoção da produção de bens e serviços, o Governo criou em 2009 a Zona Económica Especial Luanda/Bengo, entidades para a qual foi aprovada na sessão de hoje, o regulamento que estabelece o seu regime jurídico, as regras e os princípios gerais da sua organização e funcionamento, bem como os critérios de acesso para implantação das unidades industriais.

No domínio do aproveitamento e desenvolvimento integrado e sustentável das potencialidades turísticas do País, o Conselho de

Ministros apreciou os Decretos Presidenciais que criam os pólos de desenvolvimento turístico de Cabo Ledo, no Bengo, Calandula, em Malanje e Okavango, no Kuando-Kubango.

Na sequência das decisões anteriores sobre a Reforma Tributária, no encontro de hoje, o Conselho de Ministros apreciou um Decreto Presidencial que aprova as Linhas Gerais do Executivo para a reforma Tributária, bem como os diplomas legais que materializam a decisão já anunciada pelo Executivo de desagravar os impostos e demais encargos fiscais dos cidadãos aquando da compra de imóveis. Assim sendo, foram apreciadas as propostas de Lei de Alteração ao Código do Imposto Urbano e ao Código do Imposto Industrial, de Lei de Alteração ao Código do Selo e a Tabela Geral de Imposto do Selo, bem como o Decreto Presidencial que aprova o desagravamento da parafiscalidade incidente sobre as transmissões onerosas de imóveis.

No que concerne às Telecomunicações e Tecnologias de Informação, o Conselho de Ministros fez um balanço positivo relativamente ao cumprimento das acções constantes do Livro Branco das telecomunicações e das tecnologias de informação nos últimos dez anos colocou a necessidade da formulação de novas medidas de política e de um quadro normativo mais moderno neste domínio, os quais constam do Livro Branco das Tecnologias de informação e Comunicação aprovado na sessão de hoje.

Ainda neste contexto, foram igualmente apreciadas pelo Executivo a proposta de Lei das Comunicações Electrónicas e dos Serviços de Informação, a proposta de alteração da Lei da Protecção de Dados Pessoais, a proposta de Lei de Combate à Criminalidade e dos Serviços da Sociedade de Informação bem como os projectos de Regulamento Geral das Comunicações Electrónicas, e de Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação.

Dando continuidade às acções de reabilitação de infra-estruturas em todo o País, o Conselho de Ministros aprovou um Acordo de Financiamento para a reparação e construção de pontes no eixo rodoviário Tômbwa/Namibe/Bentiaba/Lucira/Dombe-Grande, bem como os Despachos Presidenciais que aprovam os contratos para a construção da linha de transporte de energia eléctrica da Gabela a Quileva, no Kuanza-Sul e a reparação da Barragem do Gove, no Huambo.

No quadro da organização dos Departamentos Ministeriais Auxiliares do Chefe do Executivo, O Conselho de Ministros apreciou o projecto de Decreto Presidencial que aprova o Estatuto Orgânico da Secretaria de estado para os Direitos Humanos. O Conselho de Ministros apreciou ainda um projecto de resolução, que remeterá à consideração da Assembleia Nacional, sobre a votação de Angola à emenda aos Estatutos do Fundo Monetário Internacional.

Por último, e com a finalidade de dar resposta as necessidades ao consumo nacional de carapau, o Conselho de ministros apreciou o Decreto Presidencial que prorroga até 31 de Outubro o prazo para a importação deste pescado.

Secretariado do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 23 de Fevereiro de 2011.